

DEBATER
A EUROPA

20

jan-jun 2019

EUROPA — UMA CASA COMUM?
EUROPE — A COMMON HOUSE?

O Europeu e os seus penates

The European and its penates

Cristina Robalo Cordeiro
Universidade de Coimbra
crobaloc@uc.pt

Resumo

Onde se sente o Europeu verdadeiramente em casa senão na sua formação intelectual, na sua língua materna e na sua confissão religiosa? É à luz desta tripla determinação que examinamos a imagem da “casa europeia”, ao mesmo tempo, como qualquer casa, inclusiva e exclusiva. Mas a esse sentimento de familiaridade e de pertença opõe-se cada vez mais a angústia de uma despossessão. As normas da cultura universitária e as condições da sua permanência estão ameaçadas, a liberdade de falar a sua língua nacional, em vez de uma “língua franca” limitativa, vê-se reduzida ao espaço privado, o direito de atestar a inspiração cristã da Europa histórica e comunitária exerce-se com crescente reticência. Como não experimentaria o Europeu, identificando-se com estes valores contestados, os seus “penates”, o doloroso sentimento de ver a sua casa irremediavelmente hipotecada?

Palavras-chave: Europa, casa, língua, universidade, religião.

Abstract

Where does the European really feel at home, if not in his academic culture, in his mother tongue, in his Christian tradition? Attending to these three dimensions, I will look at the European construction, which, as a house, is both inclusive and exclusive. But it happens that this very sense of homeliness is put in check today by the fear of having to lose it all. The intellectual norms and values of the University life are threatened, the liberty of speaking our own national language, instead of a constraining “lingua franca”, is reduced to the private space, the will to recall the Christian roots of the historical Europe and of the European Union is more and more controversial. No wonder that, under such circumstances, the European citizen should see his home as definitely mortgaged.

Keywords: Europe, home, university, tongue, religion.

Para ser perfeitamente sincera, não sei bem a que título tenho o prazer e a honra de participar nesta jornada consagrada à “Europa: uma casa comum”. Não sendo nem politóloga, nem historiadora, nem economista, nem jurista, nem versada em estudos sociais e culturais, creio unicamente dever à amizade da Manuela Tavares Ribeiro esta tomada de palavra perante colegas ilustres, para quem a Europa é, desde há longos anos, objecto de reflexão e de investigação.

A minha qualidade de professora de literatura francesa não me autorizaria a monopolizar a vossa atenção: tudo parece ter sido dito sobre a presença da ideia de Europa em escritores como Jules Michelet, Victor Hugo, Paul Valéry, André Gide ou Jules Romain – apesar de ser de toda a justiça relembrar como e quanto cada um deles contribuiu para elevar os espíritos acima dos horizontes nacionais, fazendo-nos tomar consciência do indissolúvel parentesco das nossas culturas.

Reflectindo, contudo, na forma de tratar este tema sem abandonar totalmente o meu campo disciplinar, pensei primeiro partir do livro de Paul Hazard, *La Crise de la Conscience européenne*, que lera (e muito anotara na sua tradução portuguesa), enquanto estudante desta faculdade. Do surgimento da modernidade, com Espinosa, até ao da pós-modernidade com Nietzsche, a Europa da razão grega, do direito romano e da fraternidade cristã passou pela prova da crítica das autoridades teológica e política, e pelo niilismo, e encontra-se hoje, 73 anos depois da Segunda Guerra Mundial, contraditoriamente construída no plano institucional e desconstruída – para não dizer destruída – nos seus valores fundadores.

Renunciei, todavia, a desenvolver perspectivas tão vastas quanto conhecidas. A produção de ideias foi tão intensa em matéria de cultura europeia que nada de novo parece poder refrescar o intelecto fatigado pelo abuso de conceitos – e, diga-se de passagem, esta saturação intelectual é um dos principais obstáculos ao aparecimento do fervor que deveria continuar a suscitar o ideal de uma Europa como casa comum. Por falta de conceitos novos, a “poética” da casa tem, contudo, a vantagem de revivificar o nosso imaginário europeu. Podemos sonhar, à maneira de Gaston Bachelard, sobre a cave, a mansarda, os corredores e os recantos, as escadas e os salões da Europa. Aqui, a minha modesta competência literária dar-me-ia um certo à-vontade para percorrer um espaço estruturado segundo o modelo de um inconsciente colectivo.

Seria aliás interessante analisar, no discurso político, o recurso a esta imagem da casa. Há alguns dias apenas, o nosso Presidente da República afirmava, dirigindo-se no Egipto a compatriotas e fazendo alusão à diáspora portuguesa: “O mundo é a nossa casa. Temos uma casinha chamada Portugal, que é o nosso território, mas o mundo é nossa casa”. Que queria ele sugerir? A casa é um espaço afectivo e um “presidente dos afectos” não pode falar de globalização em termos frios, precisando da imagem da casa para tocar o coração de cada um de nós... Todavia uma observação, restritiva, é devida: a metáfora da casa europeia não deixa de ter implicações negativas. Quem diz casa diz abertura, aco-

lhimento, hospitalidade, mas também propriedade, pertença, privacidade.

A casa é o interior, mas também o exterior, é a inclusão, mas também necessariamente a exclusão. A não ser que se trate da casa global do Presidente da República ou da casa do Pai celeste, da morada messiânica (e mesmo aí, nem todo o pecador é digno de nela entrar...), a casa, mesmo comum, não está disposta a receber toda a gente. Se a Europa é a nossa casa, não pode ao mesmo tempo ser a casa dos outros – excepto se não fizerem senão visitar-nos por tempo limitado ou se aceitarem comungar dos nossos valores...

Assim perante a imagem da casa, somos imediatamente confrontados com reações antagonistas: alguns desejam que a Europa se feche, outros que ela se abra. Os primeiros serão apelidados de xenófobos, os segundos de sonhadores. Sem dúvida que vale mais ser sonhador, mas o idealismo tem o seu preço. Aliás retomando uma imagem do polemista francês Alain Finkielkraut, existe uma terceira possibilidade: acolher o estrangeiro numa “casa vazia” ou esvaziada dos valores com os quais os Europeus se identificaram durante muito tempo, pois é assim que lhe aparece a Europa, prisioneira do seu idealismo moral ou, para citar o autor:

“Ce n’est plus son héritage que l’Europe met en avant, ce sont les valeurs de respect et de tolérance... Pour mieux recevoir les autres, elle fait le vide dans sa maison”¹.

Mas uma casa não se reduz a um espaço, nem os valores a móveis ou a quadros. O que distinguia uma casa romana de uma outra casa romana, eram os deuses familiares, os antepassados, cujas estatuetas eram conservadas no fundo do *atrium*, no *tablinum*, com os arquivos e as provisões. Os penates, é também o espírito da casa, que podemos levar connosco para longe dos nossos muros e do nosso espaço original, e que, pensando na casa europeia, resumirei em 3 manifestações ou 3 figurações: em primeiro lugar, a cultura, e mais precisamente a cultura universitária; em segundo lugar, a língua, e mais precisamente a língua materna; em terceiro lugar, a religião, e mais precisamente a religião cristã. A interrogação que me guiará é a seguinte: em que estado se encontra hoje, na Europa de 2018, esta tripla herança do espírito europeu?

Da ideia de casa europeia, é fácil chegar à de universidade. A Europa das universidades interessa qualquer europeu que beneficiou, ou pode beneficiar, de uma formação superior. Se a expressão *Alma Mater* não é nunca pronunciada sem um toque de ironia, ela traduz, apesar de tudo, a força de um laço e de uma gratidão à nossa escola pois que é dos estudos universitários que datamos o aparecimento e a maturação da nossa personalidade intelectual. Em suma, se o europeu tem penates que leva consigo, é nos valores com os quais se familiarizou na sua juventude estudiosa que os encontra: o respeito pela investigação desinteressada, pela difícil busca da verdade, o gosto pelas ideias abstractas, a confiança no método e no trabalho.

1 FINKIELKRAUT, Alain - *La seule exactitude*. Paris: Stock, 2015, p. 108.

Posso estar instalada em qualquer quarto de hotel, algures no mundo, longe do meu país e dos meus, tenho sempre perto de mim, em mim, as minhas exigências, as minhas normas, o meu saber, a minha razão (e essa Razão possui uma estranha semelhança com as aptidões - dir-se-ia hoje as “competências” - laboriosamente adquiridas entre os 18 e os 25 anos, na universidade, com a maneira de argumentar ou de analisar que pude admirar em alguns dos meus professores). Não me sinto nunca tanto *chez moi*, em minha casa, quanto nestas referências familiares, nesta lógica, nesta dialéctica onde me encontro na companhia dos meus livros e dos velhos mestres desaparecidos.

É um privilégio redobrado ter estudado numa das mais antigas universidades da Europa que, com algumas outras, forma uma espécie de rede tutelar, onde a liberdade de espírito encontrou asilo, durante séculos (sem dúvida, com restrições impostas pelas conjunturas...). Falando depois do meu colega italiano, não posso deixar de mencionar o Grupo de Coimbra, de que a universidade de Pádua é um dos membros fundadores com Poitiers, Lovaina, Salamanca... Relembro que o intuito que esteve na origem da criação deste colégio de universidades históricas (situadas fora das capitais da Europa) era fazer da cultura o cimento que permitiria refundar a universidade europeia, a do futuro Processo de Bolonha. Nos primórdios do Grupo de Coimbra esteve o desejo de partilhar patrimónios seculares (monumentos, bibliotecas, arquivos, parques, tradições e trajes académicos, etc.) e tudo isto a partir da música, através de intercâmbios de orquestras e coros de estudantes. A formação do Grupo de Coimbra foi contemporânea da entrada de Portugal na União Europeia. Os seus promotores, animados por fortes convicções europeístas, consideravam que a cultura universitária deveria inspirar a construção da Europa, que não poderia ser unicamente uma aliança de interesses económicos e financeiros, mas sim o lugar onde se forma o espírito científico e o espírito humano na diversidade das suas produções e projecções. E, acima de tudo e na base de tudo, o lugar do estudo, do amor pelo estudo e pela pesquisa.

Ora, que universitário europeu não se lamenta hoje da situação que vive, da raridade dos momentos de calma onde pode entregar-se ao labor paciente e probo cuja alegria profunda outrora conheceu? O peso das tarefas pedagógicas – que a investigação deveria acompanhar e activamente enriquecer -, a multiplicação das formalidades, dos inquéritos, dos relatórios, dos procedimentos e outras constricções administrativas, a falta de tempo para comunicar em profundidade com os estudantes (cada vez mais vulneráveis...) e com os colegas (cada vez mais submersos...), a aceleração geral da vida quotidiana são alguns dos factores de degradação da cultura universitária autêntica, de que não restará em breve senão uma lembrança nos mais velhos de nós.

Não julgo necessário descrever mais esta deterioração das nossas condições de existência, de que cada um sofre certamente tanto quanto eu. Basta-me declarar que a preocupação da gestão e das boas práticas de governança substituiu a vontade de cultura. Tendo sido vice-reitora no momento da expansão brasileira do grupo de Coimbra

e da implantação da reforma de Bolonha na nossa universidade, não posso impedir-me de dizer (como o Imperador Guilherme II no fim da Grande Guerra): “Ich habe es nicht gewollt...” Cinquenta anos depois das revoltas de Maio de 68, nunca as razões objectivas de uma sublevação universitária me pareceram tão substanciais, mas nunca também me pareceu menos provável a eclosão de uma revolta.

Se a cultura universitária, pelo menos tal como a perspetivávamos outrora, corre o perigo real de se adulterar, sob a influência de fatores diversos – e nomeadamente a extrema compartimentação disciplinar -, as línguas europeias (e passo ao meu segundo ponto) não se encontram hoje menos ameaçadas. Entre a imagem da casa e a língua materna a relação é imediata: com as divindades domésticas, a língua partilha a vida íntima da família e, como os Penates romanos, as próprias refeições (lembremo-nos de que se dispunham os alimentos em frente das estatuetas). Não vou alongar-me sobre a invasão desta intimidade pelo anglo-americano. Todos estamos conscientes do flagelo, e dele somos fatalmente cúmplices. O argumento do inglês como *língua franca* seria admissível se o inglês tivesse permanecido a língua de Shakespeare, de Dickens ou d’Hemingway; mas ele tornou-se a língua, nem sequer de Rockefeller, mas de Trump em pessoa, e mais ainda de todo o sistema que está por detrás dele. Reconheço ter cada vez mais repugnância em redigir, ou fazer traduzir, relatórios ou comunicações no idioma do capitalismo mais cínico e mais vulgar que jamais existiu. O latim medieval não tinha esse odor de dinheiro sujo (talvez transportasse um pouco o odor do incenso da igreja...) e o francês do século XVIII tinha o brilho das Luzes.

Quiçá não é este senão um mau momento a atravessar e, com a desoladora saída da Inglaterra da União europeia, talvez possamos agora não apenas honrar, mas também praticar a diversidade das nossas línguas europeias. A tecnologia permitir-nos-á dentro em pouco dispor de tradução automática elevada a um ponto de perfeição nunca até agora atingido. Haverá então realmente várias moradas na casa europeia e as nossas línguas latinas retomarão o seu lugar ao sol do Mediterrâneo. Um universitário italiano poderá de novo falar italiano... E de resto, não vejo por que razão o italiano, língua cultural por excelência, não possa ser adoptada como nova língua franca europeia, se é que precisamos de uma.

Não insisto nesta questão, senão para citar *Monsieur Teste* de Paul Valéry : “ Je suis chez moi, je parle ma langue ”. O que não significa sacrificar ao que Ferdinand de Saussure designava como “l’esprit de clocher” :

“C’est par l’esprit de clocher qu’une communauté linguistique restreinte reste fidèle aux traditions qui se sont développées dans son sein. Ces habitudes sont les premières que chaque individu contracte dans son enfance ; de là leur force et leur persistance².

Linguista, Saussure não raciocinava em termos de política cultural. E se é verdade

2 SAUSSURE, Ferdinand - *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1968, p. 281.

que “da minha língua vê-se o mar” (escrevia Vergílio Ferreira, no discurso de atribuição do Prémio Europália em 1991), é porque a minha língua é a minha cultura. Ou para parodiar uma fórmula célebre de Heidegger: a língua é a morada do *meu* ser.

Precisamos de paciência durante ainda algum tempo, mas se bastou uma geração para vermos, por exemplo, desaparecer o francês em Portugal, uma nova geração far-nos-á talvez assistir a uma outra revolução. Cabe, em particular, aos dirigentes e responsáveis europeus modificar o actual estado de coisas. Mas enquanto a elite europeia, sobretudo universitária, se obstinar a utilizar o inglês, a nossa casa comum estará hipotecada.

Para chegar ao terceiro e último tema que anunciei, queria referir um acontecimento recente que teve em mim, e não só em mim, o efeito de um choque eléctrico, despertando-me do meu euroceticismo. Trata-se da morte heroica, a 23 de Março, no sul de França, do tenente-coronel Arnaud Beltram. Percebi então que o meu mau humor de universitária europeia tinha algo de inconveniente e mais ainda algo de ultrapassado, perante a acção tão autêntica e tão generosa deste oficial de “gendarmerie”. A sua coragem foi muito comentada na imprensa e nas redes sociais, em França e fora dela, e podemos interrogar sobre as razões profundas do extraordinário impacto psicológico deste episódio, relativamente menor se atentarmos apenas nos factos materiais: *uma* pessoa oferece-se em troca de *uma* outra pessoa (desconhecida), e todas as outras circunstâncias – tratou-se de um atentado terrorista perpetrado por um islamista de nacionalidade francesa – foram relegadas para segundo plano. O que contou aos olhos do público foi a generosidade do gesto. Emmanuel Kant teria falado talvez de *acto moral puro*, Henri Bergson teria admirado um exemplo do que chamava *l’appel du héros*. Pela minha parte, nele leio uma espécie de desmentido ao niilismo generalizado de que padecemos e que nos leva a achar suspeitos, senão mesmo enfadonhos, os valores que estão na base da construção europeia e em nome dos quais nenhum de nós estaria disposto a dar a vida de forma tão deliberada.

Ora, quando um homem, em nome do dever e da fé, vem tomar o lugar de alguém preso como refém, ele ensina-nos, por um lado, que o dever e a fé não são vestígios de um outro tempo ou expressões de uma cultura menos evoluída do que a nossa, e por outro lado que a Europa só poderá sobreviver se assumir e afirmar os seus valores fundadores.

É significativo notar que em parte nenhuma, que eu saiba, nos preâmbulos e declarações solenes, são recordadas as fortes convicções religiosas de Robert Schuman, d’Adenauer, de Gasperi ou de Jacques Delors. Digo que é significativo, mas não me escapa que a União Europeia, porque se declara respeitadora da consciência de cada um, deva esconder os seus deuses, e nomeadamente o Deus dos seus pais fundadores. Ainda hoje, é preciso vasculhar um pouco a biografia de Hermann von Rompuy, o antigo presidente do Conselho europeu, para descobrir que ele se converteu, na idade adulta, ao catolicismo, que pratica com assiduidade.

Admito que seja difícil, sem dúvida impossível, em matéria de diplomacia europeia, chamar as coisas pelos seus nomes. Mas não vejo por que razão, no âmbito de uma discussão universitária livre, teria que praticar a discricção de linguagem de um comissário europeu... Assim, falar de cultura europeia ou de culturas europeias silenciando a história, sempre dramática, do cristianismo na Europa, é considerar a vida das formas culturais como um mero jogo combinatório. Acresce que há uma dualidade evidente que aparece mais claramente quando se consideram as coisas do exterior: instituição de inspiração cristã, e mesmo mística (pelo menos no espírito de um Robert Schuman), a UE declara-se, não indiferente, mas estrangeira a qualquer religião. Sem dúvida, um historiador explicar-me-á que a separação entre o rei homem público e o rei homem privado, entre a inteligência política e a consciência cristã, remonta aos conselheiros, aos “légistes”, de Philippe le Bel, distinção que pôs fim à hegemonia pontifical e à teocracia na Europa.

Não significa isto que julgue possível ou desejável ver, numa Europa dita pós-cristã, a União europeia renunciar ao princípio salutar da laicidade. Sim, as instituições europeias devem permanecer neutras em matéria confessional, a fim de tornar possível a coabitação de todos, crentes de todas as confissões e não crentes de todas as convicções. Mas poderá a União europeia, face aos países muçulmanos, continuar a apresentar-se como não religiosa, correndo o risco de ser para os próprios Europeus uma pura entidade administrativa? A Rússia, com a desintegração do Império soviético, recuperou a sua velha religião ortodoxa. Os EUA invocam Deus a torto e a direito, e mesmo o presidente Donald Trump, a acreditarmos no que diz, passa a vida a “rezar” pelas vítimas do terrorismo... Face a estas religiões publicamente, senão hipocritamente professadas, prefiro, com certeza, a reserva europeia em virtude da qual o adjectivo “cultural” é com frequência tomado em lugar da palavra “espiritual”.

Aliás, é sob a invocação de Erasmo, amigo de São Thomas More, o primeiro editor da tradução grega do Novo Testamento e autor do *Manual do soldado cristão*, que a juventude universitária europeia percorre a Europa, mesmo se 80% dos jovens europeus dizem-se não cristãos... Assim a Europa se reclame da sabedoria de Erasmo, deixando a cada um o cuidado de pesquisar a origem e o sentido de uma tal visão humanista? Não tendo nem autoridade nem competência particular, não posso falar senão da minha experiência singular, a partir de circunstâncias onde a ideia de Europa se apresentou a mim com uma certa acuidade. Tendo vivido quase 5 anos no Magrebe, de 2012 a 2016, regresssei ao mesmo tempo mais europeia e mais cristã do que parti. Não por ter sido mal acolhida ou por não me ter aclimatado, bem pelo contrário, mas porque o contacto com o mundo muçulmano me fez sentir (e viver de outro modo) a minha diferença, essa cultura europeia e cristã, os meus penates, que transporto comigo.

Artigo Recebido a 27 de maio de 2018 | Aceite a 22 de junho de 2018.

Bibliografia final

FINKIELKRAUT, Alain - *La seule exactitude*. Paris: Stock, 2015, p. 108.

SAUSSURE, Ferdinand - *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1968, p. 281.